

MINORIAS FLUTUANTES – NOVOS ASPECTOS DA CONTRA-HEGEMONIA

Raquel Paiva

Professora Adjunta ECO/UFRJ

Parte-se do conceito qualitativo de minoria como uma posição (ao invés da entificação quantitativa e substancialista de um grupo humano) marcada no interior do campo de luta pela hegemonia, isto é, pela dominação consensual. As identificações nomeadas como “mulheres”, “negros”, etc, são minorias na medida em que emergem contra-hegemônicamente e, retomando uma expressão foucaultiana, fazem “ressurgir o acontecimento” no que ele pode ter de único e agudo. Minorias flutuantes são aquelas surgidas no âmbito de um novo ativismo social, caracterizado pela associação entre comunidades efêmeras e o ciberespaço. Analisa-se aqui a presença dessas minorias na cena brasileira recente.

Palavra-Chave: Minoria – Força Contra-Hegemônica – Ativismo Social

Empreender uma busca pela delimitação de um conceito geralmente aporta em duas alternativas, não necessariamente excludentes . Pode-se utilizar tanto o método da oposição (por exemplo, a paz é o contrário da guerra), quanto o método da analogia (a paz é análoga à trégua) e, pretendendo-se o aperfeiçoamento desta perspectiva, pode-se enveredar por um detalhamento, que permite vislumbrar distinções e limites, algo como a paz é igual à trégua, porém com algo de diferente dela. Esta foi a maneira adotada para explicitar a metodologia que se pretendeu utilizar. Em síntese: tratar o conceito de **minoria** significa primeiramente enveredar no ambiente que propicia seu aparecimento. Sendo assim, torna-se praticamente impossível reconhecer delimitações do que se entende por minoria sem antes agendar o entendimento do seu princípio gerativo e sua estrutura constitutiva : a idéia de hegemonia.

Inicialmente é importante ressaltar que o termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa conduzir, guiar, liderar ou ainda o verbo *eghemoneuo* do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção do exército. Trata-se portanto de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o comandante do exército. Também é possível notar a utilização do termo na Grécia antiga para designar a supremacia de uma cidade frente as demais.

A idéia de hegemonia alcança a modernidade com o entendimento de dominação por o consentimento e aceitação do dominado. Lênin utiliza o termo hegemonia pela primeira vez num escrito em janeiro de 1905, no início da revolução russa. Neste escrito, o termo ainda enquadra-se no âmbito da teoria política, uma vez que “a hegemonia pertence a quem bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que , portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando qualquer incompetência dos outros”.¹

Entretanto, o argumento da “ação hegemônica”, desenhado pelo pensador marxista italiano Antônio Gramsci, é aquele que mais adequadamente propicia uma aproximação da compreensão do que significa a soberania de um forma social. A idéia de hegemonia como é entendida por Gramsci, permite que o olhar coteje não apenas o aspecto político, mas também e em igual medida o caráter formativo da cultura . Desta maneira, pode-se considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura, de ideologia e de direção moral. O conceito, assim

entendido, desloca-se do plano político para o da supremacia da formação econômico-social, isto é, da sociedade como totalidade.

A partir do entendimento do significado e da aplicação social do conceito de hegemonia, torna-se possível a compreensão das formas reguladoras de forças coercitivas e de estruturas de dependência. Desta maneira, para além da explicação reducionista da predominância de uma estrutura social apenas pela determinante econômica. A idéia de hegemonia a partir de Gramsci permite vislumbrar a coexistência de outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante.

Assim, a partir da idéia do padrão hegemônico e da forma determinante, aporta-se nos diversos outros esquemas possíveis que subsistem como sistemas minoritários, formas menores, produções desimportantes, diferentes e, conseqüentemente, sem maior referencialidade na estrutura social. O surgimento dessas forças diversas como sistemas dominados possibilita historicamente a previsão de pequenas disputas e lutas. Estas formas tenderiam ao enfrentamento com a força dominante e poderiam, na fricção das disputas, empreender conquistas e vitórias. A luta social das diferentes configurações existentes permitiria vislumbrar sociedades mais justas no sentido da inclusão de fatores heterogêneos.

Entretanto, trabalhar apenas com esta perspectiva na atualidade significa desconhecer a entrada em vigor de outras ordens capazes de produzir um novo ambiente. Dentre as características da atualidade a existência da mídia tem sido a variável que mais influencia a estrutura social de maneira mais definitiva. Alguns teóricos já conseguem definir este momento contemporâneo a partir da estrutura midiática, na medida em que as outras mediações tradicionais – como família, escola, Estado, religião e trabalho – não podem mais ser analisadas e interpretadas em separado, como se estivessem suspensas e não fossem a todo instante atravessadas de maneira radical pela mídia.

Lançar mão dessa compreensão significa rever os usos e o lugar da mídia na atualidade bem como aproximar-se dos motivos que determinam a conceituação da sociedade contemporânea como mediatizada. Isto significa, portanto, reconhecer que todas as atividades e relações, mesmo aquelas que historicamente definiam a existência do indivíduo, como a personalidade, o trabalho, a educação, a política ou a religião, são modificadas pela estrutura midiática.

Por estrutura da mídia compreende-se o esquema de produção e representação comprometido com as forças ordenadoras do mercado, também excessivamente comprometido com a estetização da vida, desprovido de qualquer intenção de modificação da situação atual, além de ser o responsável direto pelo incentivo e geração do consumo. Para compreender o conceito da mídia, é preciso ir além da idéia de que se trata apenas das redes de emissoras de televisão, ou das emissoras de rádio ou ainda do jornais. Mídia é o conjunto de todos estes aparatos e a capacidade de gerar uma super estrutura cujo papel tem sido o de definir de maneira totalizante o cotidiano.

E essa capacidade representa um momento único na história da humanidade, porque nem as religiões, nem a política, nem qualquer outro sistema responsável pela normatização das relações sociais conseguiu atingir um espectro tão amplo de atuação e tão eficazmente determinar a conduta padronizada de toda uma sociedade, ou seja, atuando no âmbito que engloba desde as definições morais, passando pela formação cognitiva, até a maneira de viver e conviver das diferentes populações.

Em função deste lugar social que a mídia assume na atualidade, pode-se traçar um paralelo entre a sua existência e o conceito gramsciano de intelectual coletivo. A idéia de intelectual coletivo como é desenvolvida por Gramsci, parte da importância dada por Lênin, que

considera os intelectuais os responsáveis pela formulação da teoria revolucionária, na medida em que são os mediadores de consenso e respondem pela articulação da hegemonia.

Desta maneira, pode-se antever uma proposição que compreenda a mídia e sua estrutura de produção como uma espécie de intelectual coletivo gramsciano na atualidade. Parte desta perspectiva foi trilhada de uma maneira elucidativa por Otávio Ianni ao propor o que nomeou de “o príncipe eletrônico”. Ianni parte do príncipe de Maquiavel para em seguida aportar no príncipe revisitado por Gramsci e finalmente descartar tanto o primeiro, o senhor absoluto, quanto o segundo, o partido político. Os dois príncipes ainda sintetizam a essência da política, e a preocupação traçada por Ianni vai no sentido de formular um perfil do que significa a teoria e a prática da política na era da globalização. E, tal qual a idéia do intelectual, visto com o articulador da nova forma social, por Lênin, o argumento desenvolvido por Ianni também considera o príncipe eletrônico o arquiteto da “ágora eletrônica”.

“O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial”¹. É certo que, nesta nova configuração mundial, pode-se perceber que o príncipe eletrônico expressa a visão de mundo prevalecente nos blocos de poder. De igual maneira, sabe-se que esta “indústria da consciência” é um fenômeno recente na história da humanidade e que se aperfeiçoa na medida em que se desenvolvem as tecnologias adotadas.

Em um contexto de novas formas de sociabilidade e também de novas estruturas de produção, com ordenamentos tão complexos, fica evidente que, se por um lado, o poder assume especificações distintas e adequadas para o novo ambiente, por outro lado, as formas de contraposição deveriam buscar também formas mais fluidas de luta. As oposições que ainda atuam com esquemas tradicionais e recusando o entendimento da ordem midiática acabam por produzir um tímido e tênue resultado, incapaz de envolver os novos atores sociais e também de atuar como força contra-hegemônica.

Gramsci argumentava que uma força contra-hegemônica só pode ser reconhecida como tal na medida em que consegue ultrapassar a espontaneidade do movimento. Tanto Lênin como Gramsci reconhecem como função contra-hegemônica, aquela que intervém com capacidade de modificar e alterar uma dada estrutura social. Entretanto, uma vez que a política e as forças dominantes encontram-se transmutadas, ou pelo menos adquiriram novas conformações que alteraram substancialmente sua estrutura original, qual deveria ser a corporificação das novas forças de oposição? De que maneira se presentifica o entendimento e a atuação das minorias na sociedade contemporânea? Esta parece ser a questão central.

É possível perceber, na atualidade, alguns diferentes tipos de movimento no corpo social. Um deles, tipificado por um movimento contundente, que se assume como força política de oposição ao sistema hegemônico e de uma certa forma guetificado em um aspecto de luta. Aí se enquadram muitas das propostas de estudo de minorias, sejam eles divididos em questões de gênero ou religiosas ou ainda étnicas. A ação desses grupos se corporifica na sociedade atual de maneira atuante no cotidiano local, nacional e mundial, muitas das vezes fazendo uso de métodos tradicionais de interpretação do real e das forças sociais como também valendo-se de mecanismos tradicionais, com alguma incorporação de novas tecnologias, nas estratégias de luta.

Uma outra forma de expressão minoritária assume a tônica da imprevisibilidade, sendo praticamente impossível prever quando e onde vão aparecer na cena local, nacional ou mundial. Assim eram as primeiras aparições nas últimas décadas do movimento ecológico. De repente, de uma hora para outra apareciam e promoviam um modo de visibilidade em meio à cena pública – reconhecidamente montada pela mídia global. Dentre as primeiras motivações deste movimento, está a crença de que não é possível abolir o mercado, mas pode-

se optar e decidir por formas de organização que não visem a apenas atender às demandas do mercado global.

A existência dessas formas de militância política, que poderiam ser definidas como organizadas e não organizadas, pode ser mesclada e não necessariamente pode corresponder a estágios que os movimentos devam superar. O que parece tornar-se decisivo é a compreensão também por parte dos movimentos sociais de que hoje o ambiente midiático define de maneira decisiva suas formas de atuação. Neste sentido vale recorrer mais uma vez ao pensamento de Otávio Ianni, que corrobora esta convivência de ordens diferentes ao dizer que “o príncipe eletrônico é uma figura política nova e diferente de todas as outras, passadas e presentes. Convive com as outras, tanto o príncipe maquiavélico como o moderno príncipe gramsciano, sem esquecer as instituições clássicas da política, tais como os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais (...)”¹.

Pode-se mais uma vez recorrer ao exemplo dos movimentos ecológicos mundiais que mesclam, ainda hoje, estas duas estruturas de atuação de movimento. O movimento ecológico possui tanto uma de militância organizacional e partidária ativa, com estrutura de um movimento social, ao mesmo tempo em que consegue viver ao sabor de alguns acontecimentos, “flutuando ativamente” por entre os assuntos do cotidiano. Comporta, por esta razão, uma forma de movimento que poderia ser definido pelo que o sociólogo François Bourricaud¹ nomeia como sendo “minorias passionais”. Segundo o autor, estas são minorias capazes de comprometer a governabilidade democrática e sua presença caracteriza definitivamente o perfil dos movimentos atuais no momento em que vigora a “era das turbulências”.

As “minorias passionais” possuem uma estrutura diferente dos grupos de interesse e dos movimentos sociais e podem alcançar um formato radical, adotando posturas violentas e marcadamente terroristas. Entretanto, na maioria das vezes, a expressão de suas radicalizações não ultrapassa o ambiente retórico e as explosões verbais, ou seja a manifestação se expressa no ambiente discursivo e de espetacularização midiática. A existência dessa forma de ativismo social torna-se mais frequente na medida em que se conjuga na atualidade a hipótese da democracia eletrônica, que adviria da mudança nas práticas democráticas a partir do advento das novas tecnologias.

Um exemplo bastante recente a que se pode recorrer para mapear a presença dessa estrutura de movimento foi o ato público contra o governo promovido pela Central Única dos Trabalhadores -- CUT, em Brasília, no mês de junho deste ano. A imprensa do dia 29 de junho de 2001 relatava dois grandes motivos de aborrecimento para o Presidente da República: os resultados da pesquisa que atestavam a queda de sua popularidade e o protesto dos “anarco-punks”, do ato público pouco se falava a não ser que teve um saldo de nove feridos, entre manifestantes e policiais.

Na verdade, tratava a imprensa de dois motivos “flutuantes” -- um, relativo à opinião pública que, como se sabe, é efêmera e instável; o outro, referente à expressão pública de uma minoria (o Movimento Punk-Anarquista), cuja principal razão de existência, segundo seu líder, é provocar a polícia, a PM em especial. Com cabelo tipo moicano e engomado a gel, roupas pretas e ar agressivo, o líder de 23 anos é também estudante de Pedagogia. Os métodos de seu grupo são radicalmente diferentes dos das lideranças estudantis e sindicais como explicava o líder “Não vamos para protestos balançar bandeirinhas da CUT nem do PT. Esses caras são manipulados. Quem luta por transformação não balança bandeira”¹. O que este exemplo consolida é o entendimento de que flutuante significa transitoriedade da ação de um grupo específico no campo da luta contra-hegemônica. Sendo importante lembrar ainda que a imprensa trazia ainda o pedido antecipado da CUT -- responsável por um movimento de oposição institucionalizado no cenário da política brasileira -- para que a polícia coibisse a possível presença dos punks durante a manifestação, alegando receio de confusão.

Por outro lado, é importante considerar ainda que existem atualmente diversos autores que acreditam numa nova forma de exercício da cidadania, limitada pela desigualdade de acesso informacional, pelo poder do Estado e pela vigilância eletrônica das corporações. A nova relação do capital social que emerge dos níveis de deliberação das redes nas práticas concretas dos cidadãos estabelece uma relação mais rica do que o desenvolvimento do processo eleitoral e dos meios de comunicação de massa.

Supõe-se ainda que estas novas redes de capital social respondam pela criação de novos espaços públicos para onde ou se deslocaria a cena política ou, quando nada, representariam mais um lugar a ser ocupado em direção à visibilidade social. Teoricamente, tem-se o desafio de entender estas conexões emergentes de capital social de redes atuante no contexto da reconstrução da sociedade civil em diversos lugares no mundo e principalmente no oeste dos Estados Unidos.

A “militância on-line”, que busca a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios, tem sido frequentemente apontada como um marco desta era. Os autores que estudam o fenômeno destacam especialmente a ação no Brasil do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, do Brasil, que através de sua [home-page](#) reinterpreta as informações também divulgadas pelos jornais e rede de televisões brasileiras. Outra vedete do novo movimento tecnológico é o Exército Zapatista de Libertação Nacional, EZLN, que aderiu e atua ativamente via Internet desde 1994. Estes são apenas alguns exemplos

É possível detectar movimentos e partidos políticos que se utilizam cada vez mais dos veículos de comunicação. Entretanto, existe uma grande e profunda distância entre fazer uso dos veículos e tornar-se verdadeiramente um movimento ou partido político midiático. Para tanto, significaria a adoção de uma postura que está para além da utilização correta e adequada do conjunto de signos próprios da linguagem midiática. Transforma-se em movimento midiático, numa minoria flutuante, adequada aos novos tempos “midiológicos” e requer a adoção de uma postura midiática, em que estética, espetáculo, telepresença, facilitarização, aparência de imprevisível atuariam como forças em determinados momentos muito mais ativas do que os pressupostos básicos que mantêm a existência e o vigor do ativismo político no sentido tradicional do termo, que envolve uma luta pela hegemonia.

Entretanto, é preciso registrar que algumas vezes essas minorias flutuantes transmutam-se em movimentos bastante atuantes e capazes de mexerem efetivamente com a lógica dominante, ou pelo menos promover revisões em códigos jurídicos. O fato de serem flutuantes não significa de forma alguma que sejam inconsistentes ou ainda que não possam vir a ter uma presença efetiva como força contra-hegemônica.

Por esta razão, coexistem na atualidade movimentos que são apenas midiáticos, que existem com sua radicalidade apenas no efêmero instante em que dura o evento midiático, algo como os movimentos como o anti-globalização, que ganhou notoriedade a partir dos protestos em Seattle, em novembro de 1999. O movimento anti-globalização surge da articulação de outros movimentos e das organizações não-governamentais, que de uma maneira geral atuam de forma substancial no cotidiano das coletividades, no setor de serviços, entrando especificamente no vácuo deixado pelos Estados e pela política tradicional. É inegável ainda, que se o formato baseado nos protestos é efêmero, os diversos grupos e movimentos conseguiram uma forma de contato muito mais frequente e por vezes permanente a partir da utilização das novas tecnologias.

Por outro lado, co-existem ainda no cenário atual aqueles movimentos que se articulam sob formas tradicionais de luta e que utilizam a mídia, sem jamais apropriar-se dela e de sua linguagem, suas fugazes aparições se assemelham mais a curto-circuitos, em função principalmente da disparidade com a lógica midiática e não chegam sequer a chamar atenção, situa-se aí a grande maioria dos partidos políticos da atualidade. Há ainda um terceiro formato de militância, que seriam os movimentos capazes de perceberem a ambivalência

política contemporânea, ou seja, aspiram a uma transformação e inclusão social, portanto reconhecem a existência ainda de lógicas tradicionais atuando no contexto político-social-econômico atual, ao mesmo tempo em que são capazes de se tornarem, em determinados instantes e contextos, totalmente midiáticas.

Neste sentido, pode-se recorrer ao movimento ecológico, na medida em que tem conseguido alcançar visibilidade total na sociedade midiaticizada durante eventos em que se comporta também midiaticamente. A preocupação com o lugar, com a busca de uma vida menos invadida pelo refúgio da sociedade industrial e tecnológica, a procura por sistemas capazes de propiciar uma melhor convivialidade com o meio ambiente e com os outros seres vivos reforçou o movimento ecológico, que se tornou mais visível e alcançou maior entendimento de suas propostas a partir da década de 60.

É importante reavaliar a atuação do movimento ecológico, porque talvez esteja aí o germe de uma nova proposição de luta na atualidade. Deve-se considerar que o movimento ecológico foi o primeiro lugar de constituição da nova forma de luta onde se trouxe a questão da preocupação global, advinda principalmente diante do reconhecimento da finitude dos recursos naturais e de que as políticas ambientais deveriam ser adotadas de modo global e não apenas local. É bem verdade que, como pontua Christopher Lasch, toda a cultura pacifista e ambientalista surgiu no esteio da mentalidade da sobrevivência que se acentuou a partir da década de 60.¹

De igual maneira, o movimento ecológico trouxe também a certeza de que na era midiática os recursos das lutas dos ativistas também deveriam ser midiáticos, sendo assim não bastariam apenas existirem, com seus propósitos, seria necessário também aparecerem, ainda que para isto devessem lançar mãos de todo o aparato disponível para chamar a atenção e invadir a cena. Ou seja, talvez o movimento ecológico tenha sido o primeiro a perceber que qualquer forma de luta política hoje não se faz mais – ou pelo menos não substancialmente – no interior dos aparelhos do Estado.

A política hoje se faz dentro e através da mídia. Mas também o movimento ecológico tem sabido ir para além da mídia. Tem se preocupado em gerar uma política efetiva de conscientização, entendendo que este pode ser um processo lento. Isto significa reconhecer que, se toda luta política tem que passar pela mídia, toda luta política não pode existir só na e para a mídia. O filósofo canadense Charles Taylor sintetiza a atuação do movimento ecológico na atualidade, reconhecendo-o como importante foco de resistência à lógica do mercado que impregna as sociedades atuais. Para ele, merece destaque o fato do movimento conseguir permanecer ao mesmo tempo como grupo de pressão com atuação em comunidades isoladas contra o desastre ecológico e “mobilizar formando em toda a sociedade um sentimento unânime de inquietação em direção à conservação do meio ambiente”¹. A permanência restrita ao local apenas poderia impedir que a luta das diversas vertentes do movimento ecológico avançasse por toda a sociedade global como tem se constatado.

Finalmente, é necessário pontuar que a natureza das minorias torna-se marcadamente influenciada pela sua ação. Isto porque muitos movimentos vivem hoje apenas do ato efêmero, do evento, da aparição normalmente com registro midiático. Esta pregnância discursiva dos movimentos contra-hegemônicos não deve, por outro lado, ser desvalorizada. Já que tudo transforma-se em aparição, o empenho faz-se no sentido da necessidade de promover discursos – ou seja a utilização adequada e criativa dos meios de comunicação.

Richard Rorty, o filósofo pragmatista americano, já acentuava em 1989 o valor da necessidade discursiva. Dizia ele da importância do esforço retórico em direção à criação da idéia de “nós”, ou seja da inclusão social com paridade das diferenças, considerando que se trata de um sentimento e, conseqüentemente, uma prática não “natural” e sim passível de ser inventada, construída e executada na contemporaneidade..

Sendo assim, as mais variadas possibilidades de esquemas minoritários, reconhecendo a vigência da nova ordem mundial, podem ser capazes de intervir na atualidade. Entretanto, talvez para mudanças radicais na ordem hegemônica seja necessária a ação de estruturas mais sólidas do que as atuais e ativas “minorias flutuantes”, o que torna premente a reinterpretação – no entendimento da hermenêutica niilista do filósofo italiano Gianni Vattimo - dos conceitos e propostas trazidos por Gramsci.

BIBLIOGRAFIA:

- TAYLOR, Charles. *Le malaise de la modernité*. Paris, Du Cerf-Humanités, 1995.
- CASSANO, Franco. *Approssimazione – esercizio di esperienza dell’altro*, Bologna, Mulino, 1989.
- 3.RORTY, Richard. Contingência..Ironia e Solidariedade, trad. Nuno Ferreira da Fonseca, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- 4..BOBBIO, Norberto. Elogio della mitezza. Milano, Linea D’Ombra Edizione, 1993.
- 5.IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico, Primeira Versão, Ed. Unicamp, São Paulo, 1998.
- 6.GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Nelson Coutinho, Ed. Círculo do Livro,São Paulo, 1982.
- 7.BADIOU, Alain. e ROCHA, Ronaldo. Política – partido, representação e sufrágio. Belo Horizonte, Projeto,1995.
- 8.GOMEZ, Guillermo Orozco. Chiapas: la outra guerra, sus protagonistas y la teleaudiencia. in: *Voces y culturas – Revistas de Comunicación*, n.8 , II setembro 1995,p.21.
9. ION, Jacques. La fin des militants? Paris,Editions Ouvrieres, 1997.
- 10.GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Graal, Rio de Janeiro, 1978, 143 p.
- 11.HABERMAS,Jurgen. *L’ inclusione dell’ altro*. Milano, Feltrinelli, 1998, 276 p.
12. MILLAND,David. *Reinventando a esquerda*. São Paulo, Unesp, 1997,
- 13.VATTIMO, Gianni.. Para além da interpretação – o significado da hermenêutica para a filosofia. Trad. Raquel Paiva, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1999.

Notas:

¹Lenin apud GRUPPI,Luciano,1978 – “Opere complete”, Roma, Editori Riuniti, 1960, vol VIII, p.66

¹ IANNI, Otávio. Enigmas da modernidade – mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2.000, p.148.

¹ idem, p.163.

¹ BOURRICAUD, François. A crítica da governabilidade democrática. In: *Cultura e governabilidade democráticas – América Latina no limiar do Terceiro Milênio*. N.106/107 . Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro,1991, p. 33.

¹ Jornal “O Globo” – 29.06.2001, pág 4, primeiro caderno

¹ LASCH, Christopher. O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987, p.51..

¹ TAYLOR, Charles. Le malaise de la modernité. Paris, Les éditions du cerf, 1994, p. 118.